

# A reforma da Marinha de Guerra portuguesa no período pombalino (1761/1777): a criação de uma Marinha estritamente militar e profissional e as fontes para seu estudo

**Ney Paes Loureiro Malvasio**

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IFCS). neymalvasio@gmail.com

## RESUMO

Este artigo traz os resultados da pesquisa que fiz durante meu mestrado em História, sobre os incentivos à construção naval no Estado do Brasil e Grão-Pará durante o Reinado de Dom José I (1750/1777), concentrando-se no estudo dos Arsenais de Marinha coloniais (estaleiros), criados ou mantidos nesse período, alinhando o de Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos e Salvador. A pesquisa, entretanto, extrapolou os resultados obtidos com os estaleiros e culminou na efetiva descoberta de uma reforma da Marinha Real portuguesa no período pombalino. As fontes para o estudo dessa reforma do século XVIII trago no corpo do artigo, além de um extenso número de fontes nas referências bibliográficas.

**PALAVRAS-CHAVE:** período pombalino, reformas pombalinas, Reinado de Dom José I, século XVIII, reforma naval, Marinha Real portuguesa, Arsenais de Marinha, estaleiros coloniais, América portuguesa

## ABSTRACT

This work, from the master degree course research, brings up the results about the investments made in the naval construction in the states of Brasil and Grão-Pará during the reign of D. Jose I (1750/1777), focusing in the study of the colonial Arsenais de Marinha (navy shipyards), inaugurated or maintained in this period. The shipyards were located in Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos e Salvador.

The research, however, spread from the results obtained only with the shipyards and bring us the real discovery of the restructuration of the Portuguese navy in the Pombal Era. The work also detail the research books and archive texts available for more studies.

**KEY-WORDS:** Pombal period, Pombal reforms, D. Jose I kingdom, XVIII century, naval reform, portuguese navy, Arsenais de Marinha, colonial shipyards, Portuguese America

A reforma naval e os Arsenais de Marinha foram parte da política do período pombalino visando ao âmbito do Império Ultramarino e, portanto, partícipes da política e do *modus vivendi* no mundo lusitano, durante a segunda metade do século XVIII. Dessa forma, os Arsenais de Marinha, intrinsecamente ligados à reforma naval, precisam ser entendidos como

elementos mantenedores das rotas marítimas e comerciais entre os dois lados do Atlântico, além de dedicados à defesa dos Domínios Ultramarinos. Outro ponto importante é a militarização da Marinha portuguesa, com criação de postos específicos para a sua profissionalização e maior ligação com os ditames do Estado lisboeta.

Esses elementos são demonstrados por meio da Legislação e das decisões e práticas políticas e administrativas que levaram à criação de mais uma das tão famosas reformas pombalinas, como são conhecidas no campo da História. Essas fontes, que apresento com alguns detalhes, trazendo o que, até então, era praticamente desconhecido, tanto de um lado como do outro do Atlântico, pois não encontrávamos a perfeita referência ao início da reforma naval, tornam a Marinha de Guerra portuguesa uma corporação militar e profissional, debaixo da política do Estado bragantino, ao contrário da situação anterior vivenciada no Império Marítimo português.

O tema relativo às modificações encetadas na Marinha portuguesa e a criação dos Arsenais de Marinha na costa do Brasil já foi abordado em outras obras da historiografia brasileira. Entretanto, a maior parte desses trabalhos restringe-se a uma simples rememoração cronológica da criação e vida dos estaleiros coloniais. A quase totalidade dessas obras é um primoroso fruto de edições da Marinha do Brasil, por meio da pesquisa de oficiais dos quadros dessa força, buscando resgatar dados guardados em seus arquivos, compilando-os para efetuar quadros históricos dos Arsenais navais.

As obras publicadas que trazem subsídios sobre o tema que descrevemos, editadas pela Marinha ao longo dos anos, encontram-se majoritariamente em duas grandes coleções. A primeira é *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, com vários volumes publicados nos anos 40 e 50 do século XX, o volume XVI sendo o mais interessante deles para o estudo indicado, trazendo no capítulo II uma contribuição preciosa para o nosso trabalho no que concerne à delimitação espacial da área do estaleiro nos seus primeiros anos. Outra coleção, *História Naval Brasileira*, foi edita-

da pelo SDM (Serviço de Documentação da Marinha) na década de 1970, e aqui já temos informações mais detalhadas sobre navios fabricados durante o Século XVIII, como tonelagem, número de canhões, data de lançamento ao mar e incorporação.

Ainda no âmbito das publicações oficiais da Marinha brasileira, podemos destacar *Relíquias Navais do Brasil*, do Almirante Max Justo Guedes, que traz um rápido relato da evolução da construção naval no Brasil, no capítulo denominado "O Navio". O livro do Almirante Prado Maia, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*, editado pela José Olympio em 1965 retrata, no capítulo V, os estaleiros coloniais, descrevendo-os sucintamente, mas trazendo alguns informes sobre navios construídos.

É digno de nota que esses livros, importantes por efetuarem um resgate histórico da atuação dos Arsenais de Marinha, não tem por propósito inserir os ditos estaleiros na dinâmica do Império Ultramarino português e sua relevância como pontos de apoio à navegação, tanto das frotas comerciais, como dos navios de guerra portugueses. A maioria dessas obras descreve os estaleiros coloniais ligados à evolução histórica do Estado do Brasil, desligando-os, conseqüentemente, das vinculações com o resto do Império Marítimo português.

Quanto ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o livro do Almirante Juvenal Greenhalgh, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*, editado em 1951, encontra-se como única obra dedicada exclusivamente a um dos Arsenais no período anterior a 1808, objeto de nosso estudo. Essa obra precursora traz o estudo de fontes manuscritas do século XVIII, bastante elucidativas a respeito das modificações encetadas a partir da mudança do Vice-Reinado para a cidade do Rio de Janeiro em 1763, evento fundamental para o estudo da mudança de foco administrativo-militar para a parte Sul do Estado do Brasil.

A única exceção que encontramos no quadro dos estudos históricos brasileiros, fora dos quadros da Marinha, é a obra do historiador José Roberto do Amaral Lapa, *A Bahia e a Carreira da Índia*, publicada em 1968 e que faz um elo entre um estaleiro

colonial (Arsenal de Marinha da Bahia) e o processo histórico do Império Marítimo português. No caso específico de Amaral Lapa, relacionando o Arsenal baiano e o sistema de frotas da Carreira da Índia. Em seu livro, referenciando-se em inúmeras fontes de arquivos, conseguiu mostrar a evolução do estaleiro baiano ligado às necessidades da coroa lusitana em suas rotas comerciais da Europa à Índia (Carreira da Índia).

Uma obra fundamental para o estudo do Império lusitano, *O Império Marítimo Português*, de Charles R. Boxer, no capítulo IX – “As frotas da Índia e as frotas do Brasil” –, trabalha sobre a questão da reforma naval portuguesa, e a construção naval como meio de suprir as frotas comerciais portuguesas com unidades navais adequadas, mas não distingue os navios fabricados exclusivamente para a Marinha de Guerra e que não tiveram nenhum contato com alguma das “Carreiras”. Alguns desses exemplos vieram a lume em *A Bahia e a Carreira da Índia*. Semelhante ao trabalho de Boxer, citamos Frederic Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, onde o autor trata da construção naval no Império português (capítulo II). Nestas duas obras temos a ótica fundamental para entender a construção naval nos Arsenais de Marinha do século XVIII, ligada à necessidade do Império Marítimo como um todo, e não para suprir necessidades regionais.

Seguindo essa linha de obras voltadas para o entendimento do Império português, sobretudo no século XVIII, encontramos vários livros, a maioria editado há menos de dez anos e inclusos na nova corrente historiográfica que procura entender o período colonial brasileiro não mais isoladamente ou apenas em suas vinculações com a metrópole, mas em conexão com todo o mundo lusitano. Cito em especial *O Antigo Regime nos Trópicos*<sup>1</sup>, no sentido de compreender o processo de medidas administrativas e econômicas criadas e desenvolvidas em conjunto com a evolução histórica do Império colonial português.

Damos destaque ao capítulo V, de Antônio Manuel Hespanha, que busca reler

certas noções há muito sedimentadas da historiografia luso-brasileira; ao capítulo VI, de Maria Fernanda Bicalho, importante por mostrar o papel das câmaras municipais na dinâmica do Império, com dados sobre o período focado no nosso projeto; ao capítulo VIII, de Nuno Gonçalo Monteiro, onde se traça um panorama do sistema de indicação de governadores-gerais e sua intrínseca relação com a evolução do Império Ultramarino, também indicando caminhos para o entendimento de alguns porquês do nosso objeto de estudo visto sob um prisma maior; e, por fim, ao capítulo IX, de Maria de Fátima Gouvêa, breve, mas preciosa síntese do desenvolvimento administrativo português em suas possessões atlânticas, síntese necessária para definirmos o macrocosmo que levou à criação dos Arsenais navais na costa do Estado do Brasil (Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre) na época pombalina.

*A Cidade e o Império*, de Maria Fernanda Bicalho é igualmente uma obra exemplar para buscarmos o enfoque na cidade do Rio de Janeiro e suas transformações decorrentes do processo de elevação à capital do Estado do Brasil, trazendo referências para analisarmos o porquê da criação de um estaleiro oficial na cidade. Destacamos os capítulos II e III, que trazem o contexto militar de meados do século XVIII e todo um quadro do processo de transferência da capital para o Rio de Janeiro, o que nos será útil para a abordagem contextual da criação dos Arsenais navais durante esse período de guerras no sul e deslocamento da capital administrativa.

Quanto ao período pombalino, a obra do Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina*, mostra-se importante para a compreensão do período abordado na pesquisa, mas, especificamente, no que concerne à indústria naval, não entra no mérito de todo o processo de criação dos Arsenais de Marinha e do posto de Intendente de Marinha, citando algo sobre as frotas de comércio no capítulo II. Caio Prado Jr, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, traz uma leitura semelhante, citando a criação dos Intendentes de Marinha no capítulo “Admi-

<sup>1</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

nistração", mas não esmiuçando as causas desse fato ou mesmo suas consequências para o desenvolvimento do trabalho manufatureiro no Brasil colonial.

A descoberta integral dessa reforma da Marinha Real portuguesa, em pleno Reinado de Dom José I deve-se a um grande número de fontes primárias, algumas ainda não publicadas, e encontradas, portanto, somente em arquivos ou edições únicas e de pouca tiragem. Os arquivos mais importantes para a conclusão da pesquisa dividem-se entre o Brasil e Portugal, tal qual a travessia da Carreira do Brasil. Em Portugal, o mais importante para a pesquisa e que permeia todo um caminho para o entendimento da História Naval é a Legislação do período pombalino. É importante notar que esse conjunto de leis e decisões régias pode ser encontrado em mais de um arquivo ou biblioteca, sendo que grande parte delas já foi impressa. Para facilitar o objetivo da pesquisa, enquadrei a Legislação na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, pois a mesma já reúne toda a documentação de que estou tratando, identificada e sob o nome de Coleção Pombalina, desde o século XIX.<sup>2</sup>

Entretanto, essa Legislação também encontra-se em diversas outras fontes, como o Arquivo Nacional, no Fundo Vice-Reinado e no da Secretaria do Estado do Brasil. Aqui, ao mesmo tempo, trato das inúmeras cartas e papéis enviados de Portugal para o Brasil e vice-versa. O Arquivo Nacional também dedicou-se a imprimir boa parte desse material que foi de grande importância para o andamento da pesquisa.<sup>3</sup>

Outra fonte que utilizei para a busca de manuscritos de referência para o tema da minha pesquisa é a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tanto na ordem de manuscritos<sup>4</sup> como de plantas e mapas do século XVIII.<sup>5</sup>

O Arquivo do Estado de São Paulo/AESP foi outro ponto em que pude coletar grande parte da documentação, conforme aparece indicado durante a parte textual. Nesse caso, tive acesso a documentos do século XVIII, impressos desde o final do século XIX.<sup>6</sup>

Quanto às outras obras de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa,<sup>7</sup> trarei as informações exatamente quando forem empregadas nos seguintes capítulos do texto, abordando a pesquisa que traz a reforma da Marinha portuguesa na segunda metade do século XVIII.

Após a apresentação das principais fontes impressas e dos arquivos de pesquisa, resta-nos indicar os pontos mais importantes da reforma naval do período pombalino. Contudo, para o artigo, fica apenas a ressalva que nem todos os pontos que escrevi em minha dissertação<sup>8</sup> podem ser descritos em detalhes no artigo.

Neste artigo, trazendo o que pesquisamos para a dissertação, demonstramos que em meio ao Reinado de Dom José I, um período marcado por diversas reformas políticas, administrativas, econômicas, sociais e militares,<sup>9</sup> também aconteceu uma reforma nos meios navais portugueses, bem como no seu Império Ultramarino. Referimo-nos a mais uma reforma pombalina, a reforma naval, ainda não corretamente identificada nas

<sup>2</sup> Biblioteca Nacional de Portugal/BNL/Coleção Pombalina.

<sup>3</sup> Luiz de Almeida Portugal, 2.º Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro. (1769-1776)*. Essa reunião de cartas do Vice-Rei instalado no Rio de Janeiro ganhou duas edições do Arquivo Nacional/ANRJ.

<sup>4</sup> Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro/BNRJ/Divisão de Manuscritos.

<sup>5</sup> Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Nessa obra, encontramos grande parte das plantas utilizadas na pesquisa para a Dissertação. Aqui também encontramos plantas de outro centro de referência, o Arquivo Histórico do Exército/AHE.

<sup>6</sup> *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo/AESP*. Coleção com mais de 90 volumes publicados desde 1891, trazendo a preciosa cópia de manuscritos de natureza diversa.

<sup>7</sup> Antônio Manuel Hespanha e José Mattoso (Coord.s). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4; Antônio Manuel Hespanha. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: *História de Portugal*; Charles Boxer. *O império marítimo português – 1415/1825*; Robert Gardiner. *Warships of the Napoleonic Era*. Dentre outras obras de grande utilização na pesquisa.

<sup>8</sup> *Distantes Estaleiros: a criação dos arsenais de Marinha e sua inserção na reforma naval pombalina do império marítimo português (1750/1777)*/ Ney Paes Loureiro Malvasio. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009. (Ainda não publicada)

<sup>9</sup> Antônio Manuel Hespanha e José Mattoso (Coord.s). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4; Armando Castro. *Doutrinas econômicas em Portugal (séc. XVI a XVIII)*; João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*; Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*; Maria Helena dos Santos (Coord.). *Pombal Revisitado*, v. I et II.

obras de História, tanto portuguesas como brasileiras; e, muitas vezes, os avanços no campo naval foram negados ou, bastante diminuídos,<sup>10</sup> nos estudos a respeito do período pombalino, quanto mais identificar uma reforma naval.

O grande número de reformas pombalinas, como são chamadas essas reformas dos dois lados do Atlântico, foram permitidas, em grande parte, pela modificação política do Estado português durante o Reinado de Dom José I. Realmente aconteceu uma ampla reforma naval no Império Marítimo português<sup>11</sup>. A reforma naval pombalina, portanto, pode ser definida através de três pontos gerais neste artigo para o seu completo entendimento.

O primeiro ponto é a construção naval, pois, no período pombalino, o antigo estaleiro de Lisboa, a Ribeira das Naus, o principal estaleiro do Império Marítimo português, foi completamente destruído pelo terremoto de 1755. Essa desgraça deu ocasião à criação de um novo estaleiro (projeto com cais de cantaria, dique seco, "Sala do Risco") que acabou recebendo uma nova denominação, Arsenal de Marinha de Lisboa.<sup>12</sup> Ao lado desse evento, no período pombalino, o modelo do novo Arsenal de Marinha foi recriado no território Ultramarino, responsável pelo sustentáculo econômico de Portugal, a América portuguesa.<sup>13</sup>

Esses novos Arsenais de Marinha, ao lado do já existente na Bahia (referindo-me

apenas aos estaleiros de *status* permanente), foram criados como estaleiros de grande porte, ou seja, capazes de construir navios de guerra, os maiores navios da época da madeira e vela.<sup>14</sup> No primeiro ponto, também é necessário adicionar o fato de que a madeira brasileira mostrou-se a melhor de todas na construção naval, sendo utilizada da mesma forma em Lisboa,<sup>15</sup> e capaz de criar navios que singraram os mares durante mais de cinquenta anos, quando tratamos de navios. Além da madeira, esse importante grau de qualidade dos navios do Império Marítimo português também era devido à sua capacidade *sui generis* de projeto e construção.<sup>16</sup>

Capacidade essa que foi incrementada, ao longo do Reinado de Dom José I,<sup>17</sup> principalmente pela criação do cargo de Intendente de Marinha, de grande impacto profissional nos Arsenais Ultramarinos, pois essa função só poderia ser preenchida por um oficial da Marinha de Guerra. Ao lado disso, sublinhamos o envio de técnicos gabaritados na arte naval, mandados de Lisboa para qualquer canto do Império Marítimo, como no caso do Arsenal de Porto Alegre, criado em plena guerra de reconquista do Rio Grande.<sup>18</sup>

Em se tratando de continuidade da reforma naval pombalina, o cargo de Intendente de Marinha constituiu-se num grande exemplo de continuidade, pois, em 1797, já na regência de Dom João, essa função foi cria-

<sup>10</sup> Visconde de Carnaxide. *O Brasil na Administração Pombalina*, p. 152.

<sup>11</sup> Antônio Manuel Hespanha e José Mattoso (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4; Charles Boxer. *O Império marítimo português – 1415/1825*, p. 219-41.

<sup>12</sup> Decreto de 28 de Janeiro de 1758; Manuel da Costa Amorim. A Capela de São Roque do Arsenal de Marinha. In: *Revista da Armada*, nº 350; Sebastião José de Carvalho e Melo. *Terceira Inspeção sobre o Arsenal da Marinha, antes chamado Ribeira das Naus*. Biblioteca Nacional de Portugal/Coleção Pombalina; www.mdn.gov.pt

<sup>13</sup> Antônio Manuel Hespanha e José Mattoso (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4; Armando Castro. *Doutrinas econômicas em Portugal (séc. XVI a XVIII)*; Charles Boxer. *O Império marítimo português – 1415/1825*.

<sup>14</sup> José Feijó de Melo Albuquerque. *Despesas do Arsenal do Pará (1761-66); Manuscrito sobre o ferro utilizado no Arsenal (1761-66)*. Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro/Divisão de Manuscritos, 03, 4, 023 e 024; José Roberto do Amaral Lapa. *A Bahia e a Carreira da Índia*; Juvenal Greenhalgh. *O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (1763-1822)*; Marcos Carneiro de Mendonça. *A Amazônia na era pombalina*, v. III.

<sup>15</sup> *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. v. VI et LXIV; José Roberto do Amaral Lapa. *A Bahia e a Carreira da Índia*; Juvenal Greenhalgh. *O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (1763-1822)*; Luís Cláudio Leivas & Luís Felipe de Castilhos Goycochêa. In: *História Naval Brasileira*. v. II; Luiz de Almeida Portugal, 2.º Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*.

<sup>16</sup> Robert Gardiner. *Warships of the Napoleonic Era*, p. 144-46.

<sup>17</sup> Regimento para o Provedor Mor da Fazenda do Estado do Brasil, de 31 de outubro de 1752. In: *A Bahia e Carreira da Índia*, p. 323-26.

<sup>18</sup> Abeillard Barreto. In: *História Naval Brasileira*; Rio Branco. *Efemérides brasileiras*.

da em todas as Capitânicas marítimas do Brasil que ainda não tinham um militar da Marinha com essa função específica. Essa medida trouxe consigo a possibilidade de instalação de Arsenais de Marinha em todo o litoral brasileiro, fato tornado real durante o processo de Independência do Brasil e a grande Esquadra que se conseguiu em número de unidades, em grande parte pela construção naval executada em todo o litoral do país.<sup>19</sup>

Reunindo esses aspectos do primeiro ponto, chegamos ao fato de que, durante as reformas pombalinas, chegou-se a um efetivo equilibrado da Esquadra portuguesa que, apesar de pequena em relação às grandes potências marítimas, tinha conquistado um grau de independência na construção naval.<sup>20</sup> Por isso, não necessitava mais da compra de navios na Holanda, por exemplo, ou do considerado perigoso apelo à Grã-Bretanha, segundo a visão a partir do período pombalino.<sup>21</sup>

O segundo ponto criado pela reforma pombalina foi a militarização completa de sua Marinha de Guerra e sua eficaz utilização junto à Marinha Mercante para proteção de sua valiosa carga.<sup>22</sup> Um fato de grande contemporaneidade, em pleno século XVIII, em que vimos a militarização completa da Marinha inglesa, a *Royal Navy*, a partir de 1748, e da Esquadra francesa, a partir do Reinado de Luís XV. A reforma pombalina mostrou sua contemporaneidade de várias formas, a adoção de uniformes foi decretada há cerca de uma dúzia de anos após o mesmo passo

efetuado na Inglaterra. Da mesma forma, o acesso aos postos do oficialato naval, sem ser exclusivo de fidalgos ou nobres, concretizado durante a reforma pombalina conforme se observava na *Royal Navy*, efetuou-se antes do mesmo ser verificado na Marinha francesa, sendo que, na França, o atraso nesse sistema hierárquico e sua concretização através de expurgos, principalmente no período da Convenção, privou Napoleão Bonaparte de excelentes comandantes navais em suas campanhas.<sup>23</sup>

A militarização, portanto, enquadrou-se em mais uma modificação social vislumbrada durante o período pombalino.<sup>24</sup> Isso porque os nobres e fidalgos que buscavam títulos e mercês no serviço da Marinha, na maior parte sem possuírem qualquer nível profissional, não tinham mais acesso e os que, de fato, tinham conhecimentos profissionais no mar foram absorvidos pela criação de uma estrutura hierárquica de postos militares para oficiais da Marinha Real.<sup>25</sup>

A criação de postos militares evidenciou a modificação da Marinha do Império Marítimo português, trazendo-a para a situação de corporação totalmente ligada ao Estado e profissional, algo considerado moderno no século XVIII e não mais uma Marinha conexas com os desejos de qualquer fidalgo. Nessa militarização da Marinha, nem sempre compreendida nos livros de História que trataram do período de transição do Reinado de Dom João V para o seu sucessor, Dom José I, também se fez uma grande elevação de *status* do antigo nauta português, refe-

<sup>19</sup> Alvará de 3 de março de 1770; Carta Régia de 11 de março de 1770; Carta Régia de 12 de agosto de 1797 (ver Anexo 1); Prado Maia. *A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no Império*.

<sup>20</sup> Robert Gardiner. *Warships of the Napoleonic Era*, p. 144-46.

<sup>21</sup> Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*.

<sup>22</sup> Decreto de 30 de maio de 1761; Decreto de 2 de julho de 1761; Decreto de 30 de julho de 1762; Decreto de 11 de novembro de 1768. *Equipara as graduações dos oficiais da Armada Real aos oficiais do Exército*. Biblioteca Nacional de Portugal/Coleção Pombalina.

<sup>23</sup> A. C. Hedges. *Admiral Lord Nelson*; Adriana Lopez. *De cães a lobos-do-mar: súditos ingleses no Brasil*; Allan Westcott, Willian Stevens. *História do poderio marítimo*; David Cordingley. *Cochrane: the real master and commander*; Decreto de 30 de maio de 1761; Decreto de 2 de julho de 1761; Decreto de 30 de julho de 1762; Decreto de 11 de novembro de 1768. *Equipara as graduações dos oficiais da Armada Real aos oficiais do Exército*; Decreto de 9 de julho de 1774. Biblioteca Nacional de Portugal/Coleção Pombalina; Frederick Wilkinson. *Uniformi: oltre 500 divise d'ale origini ad oggi*; Oliver Warner. *Great Battle Fleets*; Preben Kannik. *Uniformi di tutto il mondo*; Robert B. Bruce, Iain Dickie, Kevin Kiley, Michael F. Pavkovic & Frederick C. Schneid. *Fighting Techniques of the Napoleonic Age (1792-1815)*; Robert Gardiner. *Warships of the Napoleonic Era*; Sam Willis. *Fighting at Sea in the Eighteenth Century: the art of sailing warfare; Fighting Ships (1750-1850)*.

<sup>24</sup> Antônio Manuel Hespanha e José Mattoso (Coord.s). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4; Maria Fernanda Olival. *Honra, mercê e venalidade: as Ordens militares e o Estado moderno (1641-1789)*.

<sup>25</sup> Charles Boxer. *O Império marítimo português – 1415/1825*.

rimo-nos ao piloto, ao mestre de navio, homens que tinham o conhecimento náutico, na prática, mas não tinham nenhum nível de comando, frente a um fidalgo ou nobre a bordo do navio.<sup>26</sup>

Os postos de oficiais da Marinha portuguesa colocaram todos esses homens numa hierarquia estruturada, o posto regulava o nível de comando de cada um, era a padronização, algo bastante comum no período pombalino. Em conjunto com a criação desses postos militares, houve uma equiparação de hierarquia entre o Exército e a Marinha, situação nascida da prática real de combate.<sup>27</sup> Novamente, outra situação comum no período pombalino, em que a legislação não figurava como simples burocracia, mas como observação direta do serviço desempenhado por funcionários e militares do Império Ultramarino, ao longo dos anos.

Ao lado dessa legislação, criou-se outro número de leis visando ao aumento de elementos do Império Marítimo embarcados nos diversos navios, de guerra ou mercantes, a tripulação, descrevendo melhor. Não somente leis, mas prática administrativa também, conforme existem exemplos abrangendo, inclusive, a África e a América portuguesa.<sup>28</sup>

O terceiro ponto geral da reforma naval encontra-se junto a outra grande reforma pombalina, a reforma educacional, pois a Marinha de Guerra necessitava de grande número de oficiais para tripular seus navios, sem contar os mercantes. Isso era uma situação que visava, ao longo do tempo, livrar-se da perigosa contratação de oficiais estrangeiros, melhor descrevendo, mercenários, que custavam muito caro ao Erário/Fazenda portuguesa se comparados com os novos postos criados para oficiais portugueses e

do Império Marítimo, pois não havia uma série de limitações nesse sentido durante o período pombalino.

Para se atingir um desejado número de jovens para tripular os navios portugueses, deu-se a criação de escolas náuticas, em Portugal e até nos cantos mais distantes do Império, em Goa, como exemplo maior.<sup>29</sup> Essas escolas eram preparadas para a instrução de jovens oficiais navais e, antes desse ponto, havia o famoso Colégio dos Nobres que destinava-se à instrução de meninos para, no futuro, ocuparem diversos postos no Império Ultramarino, dentre eles a Marinha. Destacando-se que o acesso não era exclusivo aos filhos da nobreza, mas também aberto aos filhos de funcionários do Império Marítimo, mais uma vez, uma decisão totalmente ligada aos diversos aspectos sociais das reformas pombalinas.<sup>30</sup>

Nesses três pontos gerais, conseguimos visualizar todos os aspectos da reforma naval vinda a lume durante o período de reformas pombalinas, e redescoberta durante nossa pesquisa.

Como se depreende nessa discussão bibliográfica, o objeto de nossa pesquisa foi tratado aqui e acolá nas obras publicadas ao longo dos anos, deixando sempre de lado as ligações intrínsecas entre a reforma naval do período pombalino, tornando a Marinha de Guerra mais profissional, pois transformada completamente em uma corporação militar e com a educação de seus integrantes, voltada especificamente para o mundo naval. O importante é tratar esse assunto sob a ótica da Legislação pombalina existente nos arquivos e compará-la com os fatos históricos ocorridos, para definirmos a existência de uma reforma naval de âmbito militar desde as primeiras leis de 1761.

<sup>26</sup> Antônio Manuel Hespanha e José Mattoso (Coord.s). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4; Charles Boxer. *O Império marítimo português – 1415/1825*; Decreto de 30 de maio de 1761; Decreto de 2 de julho de 1761; Decreto de 30 de julho de 1762; Decreto de 11 de novembro de 1768. *Equipara as graduações dos oficiais da Armada Real aos oficiais do Exército*. Biblioteca Nacional de Portugal/Coleção Pombalina. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*; Maria Fernanda Olival. *Honra, mercê e venalidade: as Ordens militares e o Estado moderno (1641-1789)*.

<sup>27</sup> Decreto de 11 de novembro de 1768. *Equipara as graduações dos oficiais da Armada Real aos oficiais do Exército*. Biblioteca Nacional de Portugal/Coleção Pombalina.

<sup>28</sup> Aviso de 22 de fevereiro de 1776; Luiz de Almeida Portugal, 2.<sup>o</sup> Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*.

<sup>29</sup> Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, p. 138.

<sup>30</sup> Carta de Lei de 7 de março de 1761. Biblioteca Nacional de Portugal/Coleção Pombalina.

## **FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS**

### Instituições de pesquisa de fontes primárias:

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO – São Paulo, Brasil – [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br)

ARQUIVO NACIONAL – Rio de Janeiro, Brasil – [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

BIBLIOTECA NACIONAL – Rio de Janeiro, Brasil – [www.bn.br](http://www.bn.br)

BIBLIOTECA DA MARINHA – Rio de Janeiro, Brasil – [www.mar.mil.br/dphdm/pesq/biblio.html](http://www.mar.mil.br/dphdm/pesq/biblio.html)

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Lisboa, Portugal – [www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – Rio de Janeiro, Brasil – [www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br)

MOSTEIRO DE SÃO BENTO – Rio de Janeiro, Brasil – [www.osb.org.br](http://www.osb.org.br)

MUSEU DE MARINHA – Lisboa, Portugal – <http://museu.marinha.pt>

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA – Rio de Janeiro, Brasil – [www.mar.mil.br/dphdm](http://www.mar.mil.br/dphdm)

### Referências bibliográficas:

AGUIAR, Francisco Xavier da Costa. *Memória que mostra a origem da vila de Santos e o seu estado presente*. In: *Revista do IHGSP*. São Paulo, 1906. v. XI.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMEAL, João. *História de Portugal: das origens até 1940*. 6. ed. Porto: Tavares Martins, 1968.

ARAÚJO, José Goes de. *Naufrágios e afundamentos na costa brasileira*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2003.

ARQUIVO NACIONAL (Org.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua Época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BARRETO, Antonio (Org.). *Marquês de Pombal: catálogo bibliográfico e iconográfico*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Brasiliana, v. 49)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R. *O Império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973. (Brasíliana, v. 353)

BRUCE, Robert; DICKIE, Iain; KILEY, Kevin; PAVKOVIC, Michael; SCHNEID, Frederick. *Fighting Techniques of the Napoleonic Age, 1792-1815*. London: Amber Books, 2008.

BRUNO, Ernani da Silva. *Viagem ao País dos Paulistas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CÂMARA, Antônio Alves. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. (Brasíliana, v. 92)

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília-Rio de Janeiro: FUNCEP/SDGM, 1986.

CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina: economia e política externa*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Brasíliana, v. 192)

CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena (Coord.). *Pombal Revisitado: Comunicações ao Colóquio Internacional do 2º centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Estampa, 1984. 2 v.

CASTRO, Armando. *As doutrinas econômicas em Portugal, na expansão e na decadência (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Bertrand, 1978.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAPMAN, Fredrik Henrik. *Architettura Navalis Mercatoria: the classic of eighteenth-century naval architecture*. New York: Dover Publications, 2006. (reedição do original de 1768)

COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, 2003.

CORDINGLY, David. *Cochrane: the real Master and Commander*. 2ª. ed. New York: Bloomsbury, 2008.

CUNHA E MENEZES, Pedro. *O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul: iconografia do Rio de Janeiro na Austrália*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2004.

DASH, Joan. *O prêmio da longitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIZIONARIO delle Battaglie. Roma: Arnoldo Mondadori, 1968.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: AESP. 91 v.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas às*

guerrilhas políticas urbanas e rurais. São Paulo: IBRASA, 1987.

DU GUAY-TROUIN, René. *O Corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. Rio de Janeiro: Conquista, 1956.

FALCON, Francisco C. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto*. Rio de Janeiro: SDGM, 1972. 2 v.

FISHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984.

FONTANA, Riccardo. *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII*. Brasília: Senado Federal, 2005.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. "À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII." *in: Cadernos do LIPHIS*, nº. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 53-62.

\_\_\_\_\_. "As frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1770". *in: Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 477-496.

FREIRE, Francisco de Brito. *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Garamond, 1999.

GARDINER, Robert. *Warships of the Napoleonic Era*. London: Chatham Publishing, 1999.

\_\_\_\_\_. *Frigates of the Napoleonic Era*. Annapolis: Naval Institute Press, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II*. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. "Os portugueses e a 'carreira da Índia', 1497-1818". *in: Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 333-374.

GOLDSMITH-CARTER, George. *Velas e Veleiros*. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822*. Rio de Janeiro: A Noite, 1951.

GUEDES, Max Justo. *Relíquias Navais do Brasil*. Rio de Janeiro: SDGM, 1983.

HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal: Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. IV.

- HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro: SDGM, 1979. v. II.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos Séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.
- IRELAND, Bernard. *Navios de Guerra: da vela à era nuclear*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1978.
- KANNIK, Preben. *Uniformi di tutto Il mondo*. Torino: S.A.I.E., 1969.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1968. (Brasíliana, v. 338)
- LAVRADIO, D. Luis de Almeida Portugal, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978. (volume contendo as cartas existentes no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro)
- LIGHT, Kenneth H. *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. "O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII." *In: Revista de história*, nº. 101. São Paulo: USP, 1975, p. 49-106.
- LOPES, Thoríbio. *Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém: [s/ed], 1945.
- LOPEZ, Adriana. *De cães a lobos-do-mar: súditos ingleses no Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Edusp, 1975.
- MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MORI, Vitor Hugo; LEMOS, Carlos A. C.; CASTRO, Adler Homero F. de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Fundação Cultural do Exército, 2003.
- MUNIZ JR, J. *Fortes e Fortificações do Litoral Santista*. Santos: Edição do Autor, 1982.
- NORTON, José. *O último Távora*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- O'NEIL, Thomas. *A viagem da Família Real portuguesa para o Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro:

José Olympio, 2007.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *História de Portugal: do Renascimento às Revoluções Liberais*. 13ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. v. II.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia Brasil de Carlos Gerke & Cia, 1897.

PAIM, Gilberto. *A Amazônia de Pombal sob ameaça*. Rio de Janeiro: Editorial Escrita, 2006.

PALMA-FERREIRA, João (Org.). *Naufrações, Viagens, Fantasias & Batalhas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.

PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Brasiliana, v. 371)

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4ª. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1986.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SCHNEIDER, Susan. *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto: dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. 4ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus, 2001.

SILVA, Maria B. N. da. (org.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SOARES, Teixeira. *O Marquês de Pombal: a lição do passado e a lição do presente*. Rio de Janeiro: Alba, 1961.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STEVENS, W. O. & WESTCOTT, A. *História do Poderio Marítimo*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

*Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: SDGM, 1957. v. XVI.

TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2ª. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001.

WARNER, Oliver. *Great Battle Fleets*. London: Hamlyn Publishing, 1973.

*Warships*. 3ª. ed. Torino: Instituto Geografico De Agostini/Vincenzo Bona, 1997.

WILLIS, Sam. *Fighting Ships (1750-1850)*. London: Quercus, 2007.

WILLIS, Sam. *Fighting at Sea in the Eighteenth Century: the art of sailing warfare*. Suffolk: The Boydell Press, 2008.